

<b>MEMÓRIA DA 10ª REUNIÃO CONJUNTA DA CTPG COM DEMAIS CÂMARAS, SUBCOMITÊS E PLENÁRIO</b>		
<b>CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO</b>		
<b>GESTÃO 2025-2027</b>		
<b>DATA:</b> 01/12/2025	<b>HORÁRIO:</b> 9h	<b>LOCAL:</b> Plataforma Teams
<b>LISTA DE PRESENÇA – CTPG</b>		
<b>Entidade</b>	<b>Nome</b>	
P.M. SUZANO	Allan S. Oliveira	
IPEH	Bonfilio Alves Ferreira	
SP-ÁGUAS	Fabio Nogueira Mota	
SEMASA	Fernanda Ferreira	
UFABC	Camila C. Arantes	
SEMIL	Laura Stela Naliato Perez	
SP-ÁGUAS	Regis Rossetto Ferraz De Barros	
AESABESP	Luciomar Santos Werneck	
SEMIL	Ricardo Luiz Mangabeira	
UNIFESP	Jaqueline Bória	
ONDAS	Amauri Pollachi	
P.M São Paulo	Maíra Fernandes Silva	
AESABESP	Maria Aparecida Silva de Paula	
IPT	Gerson Salviano Almeida Filho	
SS	Mário César Lopes Nascimento	
Sindicato Rural de Mogi das Cruzes	Bruno Hayami Takahasi	
P.M. Osasco	Felipe Carvalho Rocha	
USCS	Marta Marcondes	
UFABC	Larissa Ciccotti Freire	
SEMIL	Aline Queiroz de Souza	
CETESB	Deborah Moreira	
UFABC	Renata Moreira	
P.M. Osasco	Luciana Sabra Vieira	
SMA Mairiporã	SMA Mairiporã	
SS	Paulo Alberto Teixeira Ugolini	
P.M. Barueri	Edson Akira Mihara	
P.M. Caieiras	Valter Veras	
SASP	Marineia Lazzari Chiovatto	
SP-ÁGUAS	Rafael Antonio Alves Leite	
IAB	Jordana Zola	
	Mônica Aparecida Ramires	
CETESB	Fabiano Fernandes Toffoli	

Sintaema	Mairton Barreto
MDV	Bianca Forti
<b>CONVIDADOS</b>	
FABHAT	Larissa Silva
FABHAT	Asafe Má dai de Deus Virgolino
FABHAT	Josiane Gonzaga
FABHAT	Valburg de Sousa Santos Junior
FABHAT	Raul Kirchhoff
FABHAT	Beatriz Silva Gonçalves Vilera
SP Urbanismo	Camila Nery
SP Urbanismo	Ricardo Molto
SP Urbanismo	Marcos Mesquita
<b>JUSTIFICADAS</b>	
ECOLAB	Luana Franco
CETESB	Lilian Peres
SP-Águas	Régis Rossetto

### **1. Abertura**

Laura Stella, coordenadora da CTPG iniciou a reunião às 9h10 e agradeceu a presença de todos. Em seguida, apresentou a seguinte pauta:

1. Aprovação da memória da reunião anterior;
2. Aprovação da memória da Reunião entre a SEMIL e as instâncias do CBH-AT (anexa);
3. Apresentação e discussão da minuta do parecer técnico da Ciclopassarela Panorama, sobre o rio Pinheiros, no município de São Paulo;
4. Apresentação e discussão do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, ano base 2024;
5. Definição sobre a adesão do Comitê no Programa de Integração dos Planos de Bacias e do Plano Estadual de Recursos Hídricos – IntegraBacias.

### **2. Aprovação das memórias**

Após a apresentação da pauta, as memórias das reuniões são projetadas em tela e colocadas para aprovação. As memórias foram aprovadas sem objeções.

### **3. Apresentação e discussão da minuta do parecer técnico da Ciclopassarela Panorama, sobre o rio Pinheiros, no município de São Paulo;**

Laura convida o representante do projeto em questão para fazer uma apresentação sobre o empreendimento e suas interferências nos recursos hídricos.

Ricardo Molto (SP Urbanismo) explicou que a margem Oeste contará com pavimento permeável, bicicletários, áreas de descanso, sanitários, quiosques de apoio e espaços de contemplação, além de acesso facilitado para veículos de emergência devido à via de apoio já existente. Na margem Leste, ele destacou que o espaço é mais restrito, utilizando piso removível para garantir acesso à linha de alta tensão. Informou ainda que o acesso para obras será realizado pela Usina São Paulo, mantendo limitações para pedestres e priorizando veículos autorizados. O projeto prevê plena acessibilidade, incorporando mirantes acessíveis, espaços para atividades culturais e de lazer e integração com a ciclovia, promovendo maior inclusão e transparência no uso do espaço público.

Após a apresentação, a palavra foi aberta para dúvidas dos membros do Comitê. Jordana (IAB) questionou como se dará a integração urbana da ciclopasseira com o bairro, e Ricardo esclareceu de que forma a estrutura se conecta às margens e aos pontos de acesso, detalhando sua articulação com as vias e os espaços já existentes.

Amauri Pollachi (ONDAS) pergunta sobre as desapropriações da comunidade onde terá início a passarela na margem Oeste, respondendo, Ricardo e Camila Nery (SP Urbanismo) que não haverá desapropriações diretas, pois a área utilizada já é pública e está sendo tratada como área de risco. Camila explicou que a área do talude está incluída em programa da SEAB para remoção e reassentamento das famílias, devido ao risco de ocupação em área com eucaliptos instáveis, sem ocupação de outras áreas do Jardim Panorama. Marcos Aurélio Mesquita (SP Urbanismo) complementa que o projeto da ciclopasseira foi compatibilizado com o programa de urbanização da comunidade, permitindo acesso direto e prevendo a rotatividade da quadra existente para melhor integração.

Asafe (FABHAT) questiona sobre qual será a ligação do esgotamento dos banheiros pois não está disponível nos documentos enviados sobre qual será o procedimento em relação a isso. Ricardo explicou que, após estudos, optou-se por instalar estações elevatórias compactas para bombear o esgoto dos sanitários diretamente para a rede coletora da Sabesp, descartando a estação de tratamento local por inviabilidade técnica e sustentabilidade. Camila complementa que já houve reuniões com a SABESP, que não apresentou objeções técnicas, mas ainda falta a manifestação oficial por escrito, necessária para a emissão da licença ambiental e para atender às exigências da SVMA. Luciomar (AESABESP) recomenda que é necessário prever gerador e bombas reserva para evitar extravasamento de esgoto em casa de falta de energia, esta sugestão foi acolhida e incluída nas recomendações técnicas.

Após as discussões e questionamentos, Laura agradeceu a todos os representantes do projeto e solicitou que se retirassem da reunião. Em seguida, os membros puderam debater o parecer e consolidar as recomendações. Asafe projetou e realizou a leitura da minuta do parecer técnico da Ciclopasseira Panorama, no qual foram listadas recomendações para mitigação de impactos sobre os recursos hídricos, uso de revestimentos permeáveis, manejo adequado de resíduos sólidos, compensação ambiental com plantio de mudas e cuidados específicos em áreas de preservação permanente. Asafe e Laura também destacaram a necessidade de apresentação, por parte da SABESP de um documento que comprove a viabilidade técnica da ligação de esgoto, além de ajustes nas tabelas de quantitativos e esclarecimentos adicionais sobre desapropriações. Por fim, Amauri e o grupo decidiram incluir uma recomendação adicional para que a Secretaria de Habitação promova a regularização fundiária e a requalificação urbana da comunidade Jardim Panorama, priorizando a realocação das famílias na própria área.

Por fim, após todas as considerações, a minuta do parecer foi consolidada e finalizada pelos membros e representantes do CBH-AT. O parecer será levado para discussão em plenário para aprovação em deliberação.

#### **4. Apresentação e discussão do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, ano base 2024;**

Antes de começar a discussão sobre o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, a plataforma Teams teve interrupção e cortou a reunião fazendo com que a reunião continuasse na plataforma do Google Meet, fazendo com que perdêssemos a oportunidade de gravação da maior parte da apresentação sobre o Relatório de Situação.

Valburg apresentou o Relatório de Situação com maestria, abordando de forma detalhada, porém objetiva, os principais pontos do documento: a disponibilidade hídrica da bacia e a situação do saneamento básico, incluindo resíduos sólidos, drenagem, abastecimento público e esgotamento sanitário. Em relação às especificidades da bacia, Valburg detalhou a qualidade dos reservatórios e das águas superficiais, além de apresentar a situação das águas subterrâneas. Também foi exposta a situação da gestão do CBH-AT, com destaque para os principais temas discutidos em cada câmara técnica e para o acompanhamento do Plano de Ação e Programa de Investimento (PAPI) do quadriênio 2024–2027, incluindo as porcentagens de execução física e financeira de cada projeto previsto.

Bonfilio questionou se a redução de 50% nos usos cadastrados refletia uma diminuição real de demanda ou apenas ajustes cadastrais, e se isso impactaria a cobrança de água subterrânea. Valburg explicou que, na prática, não houve impacto na cobrança e que não foi realizado estudo específico sobre o efeito da redução de outorgas, sugerindo que a SP-Águas precisa esclarecer a metodologia utilizada. Laura complementou que a redução ocorreu em todo o estado, sem impacto perceptível na cobrança, aumentando a dúvida sobre a veracidade dos dados e a necessidade de esclarecimentos oficiais e diz que alguns comitês encaminharam ofícios à SP-Águas solicitando esclarecimentos, mas ainda não houve resposta, mantendo a questão em aberto para futuras discussões.

Luciomar apontou divergências entre os índices de perdas informados para Suzano e Biritiba e aqueles registrados nos dados oficiais da Sabesp, indicando possível erro na elaboração dos indicadores pelo SINISA. Laura e Luciomar discutiram o caráter autodeclaratório do sistema e a necessidade de questionar os números sempre que houver discrepâncias em relação às bases oficiais, destacando a importância da confiabilidade das informações. Valburg sugeriu realizar uma última consulta à equipe do DRHi para verificar se os valores já foram retificados na base disponibilizada, antes do fechamento do relatório.

Beatriz apresentou as propostas de inclusão e exclusão de ações no PAP 2024-2027, detalhando as demandas da Defesa Civil estadual para mapeamento e gestão de riscos. NA primeira reunião sobre a revisão do PAPI, foram incluídas três novas ações, incluindo revisão de delimitação de áreas de mananciais, mapeamento de uso do solo e projetos para áreas permeáveis e proteção de margens, além da exclusão de duas ações substituídas por demandas mais específicas. Após a reunião de revisão do PAPI, a Defesa Civil estadual solicitou a inclusão de cinco ações voltadas para mapeamento, diagnóstico e planejamento de gestão de riscos, com justificativas detalhadas e propostas de enquadramento nos subPDCs. Renata (UFABC) levantou

a preocupação sobre a especificidade das metodologias propostas, o volume de ações e a necessidade de maior discussão para garantir abrangência e efetividade, sugerindo abordagem mais genérica e integrada.

Bonfilio, Mário e Gerson destacaram a importância de integrar diferentes atores — como municípios, sociedade civil e universidades — e de alinhar as ações ao Plano Estadual de Mudanças Climáticas e ao Plano Estadual de Recursos Hídricos. Ressaltaram, ainda, que a participação mais ativa da Defesa Civil nas discussões do comitê é fundamental para que, de forma conjunta, seja possível identificar com maior precisão as demandas e definir estratégias para a elaboração de ações capazes de suprir essas necessidades.

Após as discussões, ficou decidido que apenas a ação “Elaboração e/ou atualização de planos de redução de risco, prioritariamente em áreas de mananciais e municípios com predominância de risco hidrológico.” seguirá para financiamento em 2027, enquanto as demais serão discutidas em maior detalhe em reuniões futuras, com envolvimento da Defesa Civil e Câmaras Técnicas.

#### **5. Definição sobre a adesão do Comitê no Programa de Integração dos Planos de Bacias e do Plano Estadual de Recursos Hídricos – IntegraBacias.**

Devido ao tempo perdido e ao horário já avançado, os representantes da Câmara Técnica decidiram agendar uma nova reunião dedicada exclusivamente à discussão sobre a adesão do Comitê ao Programa de Integração dos Planos de Bacias e do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Ainda assim, Beatriz apresentou um breve panorama do Programa. A iniciativa prevê uma contratação única para a elaboração dos planos de bacias de todas as UGRHIs do estado de São Paulo, utilizando recursos do CORHI provenientes de sobras dos comitês, sem necessidade de cotização direta. Destacou-se, também, que está garantida a participação dos comitês em todas as etapas do processo, desde a elaboração do termo de referência até a aprovação dos produtos, com possibilidade de realização de reuniões, oficinas e audiências públicas. Todos os documentos, incluindo o ofício da SP-Águas e a minuta de deliberação, foram disponibilizados para consulta, e cada comitê poderá adaptar as condições de participação conforme suas necessidades.

Ficou acordado que a decisão sobre a adesão ao Programa será pautada na próxima reunião, marcada para 4 de dezembro, às 15h, reforçando-se a importância da participação ampla dos membros do comitê.

#### **6. Encaminhamentos**

- A FABHAT irá agendar a próxima reunião para a decisão da adesão do Comitê ao Programa IntreBacias;
  - O relator enviará o convite da próxima reunião juntamente com os documentos pertinentes;
- A reunião foi encerrada às 12h40.